

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NOS ANOS 1940 EM NOVO HAMBURGO/RS

THE REPRESENTATION OF WOMEN IN THE 40'S IN NOVO HAMBURGO/RS

Claudia Schemes¹

Grazziela Dobler²

RESUMO

Este artigo busca realizar algumas reflexões acerca das representações da mulher hamburguesa no Jornal O 5 de Abril de Novo Hamburgo/RS nos anos 1940, período caracterizado por algumas transformações dos papéis femininos, principalmente relacionados ao crescimento de seus espaços de atuação profissional e socialmente. A importância do jornal como fonte de pesquisa histórica será enfatizada, bem como será relacionada à situação da mulher na história do Brasil com o periódico utilizado.

Palavras-chave: Jornal. Mulher. Novo Hamburgo/RS.

ABSTRACT

This article tries to reflect on the representation of women from the city of Novo Hamburgo in the journal O 5 de Abril de Novo Hamburgo / RS in the 40's, a period characterized by some transformations of the female role, mainly related to the growth of their fields of professional activities and social interactions. The importance of the newspaper as a source for historical research will be emphasized, as well as its connections to the situation of women in the Brazil's history.

Keywords: Journal. Woman. Novo Hamburgo/RS.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre a mulher hamburguesa nos anos 1940, a partir do jornal O 5 de Abril. Lançamos mão do jornal como importante fonte para o trabalho de cunho histórico e jornalístico, posto que a ampliação das abordagens dessas áreas, bem como a possibilidade de reflexões a partir do cotejamento de diferentes fontes, contribui de forma significativa para a pesquisa histórica. Sendo assim, os periódicos colaboram com elementos relevantes que nos remetem a discursos e representações sociais.

¹ claudias@feevale.br

² grazzieladobler@gmail.com

Valendo-nos da perspectiva de que os meios de comunicação de massa determinam a construção da realidade dos seus públicos, podemos afirmar que, de alguma forma, a percepção que a comunidade de Novo Hamburgo/RS construiu a respeito da mulher é fortemente influenciada pelo referido jornal. Neste sentido, poderíamos dizer que representações foram construídas acerca da mulher no imaginário social do Vale do Rio dos Sinos (SCHEMES, 2010). Entendemos o conceito de representação conforme Chartier (1991), que informa que é através das representações contraditórias ou em confronto que os indivíduos ou grupos atribuem significado ao mundo social.

A utilização do jornal como fonte histórica para o historiador vem sendo discutida há muitos anos, pois a mesma nem sempre foi considerada a fonte mais apropriada para o trabalho historiográfico. Capelato (1988, p. 13) já dizia que “o periódico, antes considerado fonte suspeita e de pouca importância, já é reconhecido como material de pesquisa valioso para o estudo de uma época”.

Entretanto, o documento histórico oriundo da imprensa não pode ser considerado o reflexo da realidade, mas o lugar onde há a representação do real. Ainda segundo Capelato (1988, p. 25), “a produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas”.

Portanto, não consideramos o jornal apenas como fonte de informação, mas, também, fonte histórica, pois,

[...] possui toda uma série de qualidades peculiares, extremamente úteis para a pesquisa histórica. Uma delas é a periodicidade, os jornais constituem-se em verdadeiros arquivos do cotidiano, nos quais podemos acompanhar a memória do dia-a-dia e estabelecer a cronologia dos fatos históricos. Outra é a disposição espacial da informação, que nos permite a inserção do acontecimento histórico dentro de um contexto mais amplo. E outro aspecto singular do material jornalístico é o tipo de censura instantânea e imediata, diferente de outras fontes que poderão ser submetidas a uma tiragem antes de serem arquivadas [...] (ESPIG, 1998, p. 274).

Por esta perspectiva, buscamos explorar as leituras sobre a mulher nos anos 1940 e suas representações veiculadas no jornal O 5 de Abril, principal veículo de comunicação da cidade de Novo Hamburgo no período em questão.

O jornal O 5 de Abril foi fundado por Hans Behrend, empresário nascido em Berlim e imigrado para o Brasil em 1880, com a participação de Leopoldo Petry, um dos líderes do movimento emancipatório e primeiro Intendente Municipal. O jornal levava este nome em uma homenagem a data de emancipação do município de Novo Hamburgo e sua circulação iniciou em 6 de maio de 1927 (BEHREND, 2002).

Com periodicidade semanal, o jornal era composto, em suas primeiras edições, por quatro páginas, sendo editado em português e tinha alguns anúncios em alemão, que deixaram de ser publicados a partir de 1939, devido a proibição do governo de Getúlio Vargas. As tiragens do jornal alcançavam o total de 200 a 300 exemplares por semana, um número considerado expressivo para época, se levarmos em consideração que a maioria dos habitantes era da zona rural e tinha a língua alemã como idioma predominante.

O jornal em questão era um retrato da história do município, pois, devido ao seu alcance, foi responsável por divulgar as mudanças relacionadas ao processo de modernização e industrialização que aconteciam na cidade.

A MULHER NO BRASIL

A participação da mulher na história brasileira não teve uma grande relevância durante os períodos colonial e imperial, foi com a República que ela começou, aos poucos, a ter visibilidade.

A participação feminina na política brasileira, de uma maneira mais intensa, apresentou-se a partir da de 1919, quando, depois de uma greve de 30 mil trabalhadores do setor têxtil em São Paulo e interior, milhares de mulheres e crianças reivindicaram jornada de trabalho de oito horas e igualdade salarial entre os sexos.

A luta pelo direito feminino ao voto continuou durante as três primeiras décadas do século passado, e esse movimento contou com a presença, principalmente, de mulheres das classes média e alta que tinham maior acesso à educação e que pertenciam a famílias mais abastadas e instruídas. As manifestações femininas tornaram-se cada vez mais presentes na sociedade brasileira da época e, como afirma Teles (1999, p.44), “a década de 20 foi privilegiada no que diz respeito às lutas e propostas de mudança. A república dos coronéis não dava mais conta da ebulição social e política do país”.

Entretanto, essas lutas estavam muito mais ligadas a algumas mulheres que se destacavam pela sua inserção na intelectualidade da época, como foi o caso de Bertha Lutz, um dos nomes mais importantes do feminismo no país.

Ainda na década de 1920, foi fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922), a qual impulsionou ainda mais a luta da mulher pelo voto, além disso, a organização objetivava promover a sua educação, elevar o nível de instrução feminina, proteger mães e crianças, conquistar garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino, enfim, assegurar às mulheres direitos políticos e sua integração social efetiva. O I Congresso Internacional Feminista foi realizado no Rio de Janeiro nesse mesmo ano de 1924, sendo ambos os movimentos liderados por Bertha Lutz, um dos principais nomes do feminismo brasileiro.

Segundo Pinto (2003), a luta das mulheres cultas e das classes dominantes se dava a partir da luta pelo voto, porque elas encontravam respaldo e respeito entre os membros da elite e da conservadora classe política brasileira. Portanto, era “um feminismo bem-comportado, na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais” (PINTO, 2003, p. 26).

A presença das mulheres na vida política tornava-se cada vez maior. Na revolução constitucionalista de 1932, em São Paulo, duas mulheres tiveram importante papel: a professora paulista Maria Iguassiba, que combateu na linha de fogo, e Maria Emília Leonel, presidente da Cruz Vermelha, que levava mensagens do campo de batalha para o Quartel General central responsável pelo movimento.

A mulher adquiriu o direito de votar e ser votada pelo Código Eleitoral de 1932, promulgado pelo presidente Getúlio Vargas. Com essa conquista, muitas mulheres se candidataram à Constituinte de 1934, mas apenas a médica Carlota Pereira de Queiroz foi a eleita a primeira deputada federal por São Paulo. A nova constituição tinha vários artigos que beneficiavam a mulher, dentre eles a regulamentação do trabalho feminino, a igualdade salarial, a jornada de trabalho de oito horas, a licença-maternidade de dois meses e a proibição de demissão por gravidez.

Embora o governo Vargas tenha proporcionado um maior acesso das mulheres na sociedade e rompido uma série de preconceitos, o papel da mulher não despertava consenso. O grupo católico fazia restrições à emancipação feminina, pois a considerava uma ameaça à estabilidade familiar.

Nesse mesmo período, foi fundada a União Feminina, em 1935, a qual fazia parte da ANL (Aliança Nacional Libertadora), partido ligado aos socialistas que tinha por objetivo derrubar o governo Vargas. Com o golpe de Estado de Vargas, em 1937, a luta feminina incorporou-se à luta de todo o povo, que estava resistindo à ditadura e defendendo a democracia.

Segundo Schwartzman (1984), o governo Vargas interferiu na luta pela emancipação feminina implantando o Plano Nacional de Educação de 1937 que previa a criação de um ensino específico para as mulheres, o “ensino doméstico”, que tinha como objetivo prepará-las para a vida de dona-de-casa e incentivar sua “missão de esposa, de mãe, de filha, de irmã, de educadora, o seu reinado no lar e o seu papel na escola, a sua ação nas obras sociais de caridade [...]” (SCHWARTZMAN, 1984, p.109).

Depois dessa proposta de ação educativa a disciplina de economia doméstica foi implantada definitivamente nas escolas secundárias como “educação feminina”, sendo que as associações católicas prestaram “inestimável contribuição” a esse tipo de ensino que se destinava a “dar às mocinhas [...] formação complementar que possa facilitar-lhes no futuro o acesso a boas colocações, tornando-se ao mesmo tempo boas donas-de-casa e mães de família” (IBIDEM, p. 110).

Alguns anos mais tarde, em 1939, Getúlio Vargas propôs um “estatuto de família” que, dentre outras questões previa a progressiva restrição da admissão de mulheres nos empregos públicos e privados. Dizia o estatuto que “não poderão as mulheres ser admitidas senão aos empregos próprios da natureza feminina, e dentro dos estritos limites da convivência familiar.” Para parte da Igreja Católica, a mulher que trabalhava fora “funcionária ou operária, ou não é mãe, ou não é boa mãe, ou não é boa funcionária” (Pe. Leonel França, apud Schwartzman, 1984, p.113).

Para Schwartzman (1984), estas restrições impostas ao trabalho feminino estavam relacionadas à ideia vigente da completa divisão de papéis e de responsabilidade dentro do casamento. Um dos artigos do estatuto dizia que: “Às mulheres será dada uma educação que as torne afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes da administração da casa.”

A *Revista Feminina*, publicação que circulou no Brasil entre 1915 e 1925, foi um dos instrumentos mais fortes de perpetuação do comportamento conservador que a sociedade impunha ao sexo feminino. Para Maluf & Mott (1998, p.373), “o dever ser das mulheres brasileiras nas três primeiras décadas do século foi [...] traçado por um preciso e vigoroso discurso ideológico, que reunia conservadores e diferentes matizes de reformistas e que acabou por desumanizá-las como sujeitos históricos.”

Para Besse, apud Bruschini (1990, p.6), no final da década de trinta, as discussões a respeito do papel da mulher na sociedade diminuíram, e as relações de gênero tinham mudado o suficiente para acomodar as realidades da sociedade urbano-industrial que se impunha, “mas não o suficiente para balançar as bases patriarcais da cultura brasileira, pois o viés da educação das mulheres assegurava que elas continuassem subordinadas aos homens.”

Essas transformações pelas quais a mulher passou desde as primeiras décadas do século XX no Brasil geraram inúmeras discussões a respeito do seu papel, pois ela deixou a esfera do privado – seu lar, sua família-, e buscou engajamento na esfera do público, ou seja, queria ter os seus direitos.

Cabe salientar, conforme nos informa Chalhoub (2001), que nem todas as mulheres eram submissas e tinham sua vida restrita ao lar, pois as mulheres trabalhadoras não possuíam os rígidos padrões comportamentais dominantes de docilidade, passividade ou “mulher-vítima”. Para o autor, as relações materiais de vida determinavam uma relação homem-mulher “bipolarizada”, com uma maior divisão de poder entre eles.

Entretanto, o que percebemos foi que a entrada da mulher no mercado de trabalho remunerado “criou uma divisão sexual do trabalho na esfera pública que espelhava e reforçava a divisão sexual do trabalho na família.” Já que esta tinha se tornado menos rígida hierarquicamente, mas “não menos importante como uma instituição para controlar a sexualidade das mulheres e preservar as relações de classe” (Besse, apud Bruschini, 1990, p.6).

Nesse sentido, Rago (1987, p.63) diz que o próprio movimento operário nas primeiras décadas do século XX no Brasil, que era liderado pelos homens, atuou no sentido de “fortalecer a intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço provado do lar.”

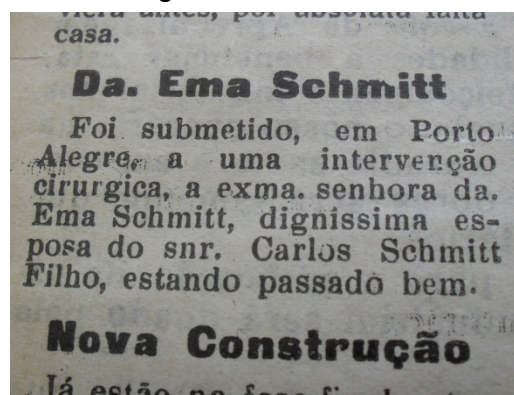
O modelo de comportamento feminino determinou as suas opções profissionais, ou seja, elas poderiam optar entre serem professoras primárias, enfermeiras, domésticas, operárias, costureiras, telefonistas, datilógrafas.

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER HAMBURGUENSE NO JORNAL O 5 DE ABRIL

A mulher era representada pelo jornal como uma “mulher da sociedade”, pois era citada em eventos como bailes, nascimentos, aniversários, filantropia entre outros, que se destacavam na coluna social. Nesta parte do periódico, pequenas notas traziam o título e uma curta frase explicativa.

Como exemplo, podemos citar uma nota na coluna social que fazia referência a uma operação médica realizada em uma senhora da sociedade local:

Figura 1 - Coluna Social



Fonte: Jornal O 5 de Abril, 26/02/1943

A página de serviços também trazia a imagem da mulher de uma perspectiva diferenciada, através de serviços como o de costureiras, serviços de enfermagem, cartomantes, serviços médicos, consertos gerias, etc. Na maioria, profissões como as citadas acima se repetiam constantemente, por conta do comércio da região que, apesar de mais amplo do que nos anos 1930, correspondia a uma cidade interiorana.

Os anúncios abaixo são de informes publicitários de prestação de serviços realizados por mulheres. Nos exemplos, é destacado o nome da empreendedora e uma breve descrição sobre o seu trabalho. Além disso, o endereço do estabelecimento comercial e uma mensagem publicitária.

Figura 2 – Informe publicitário



Fonte: Jornal O 5 de Abril, 26/02/1943

Anúncios destacando aulas artísticas oferecidas por mulheres também eram comuns nas páginas do periódico, conforme o exemplo a seguir:

“Lia Schmitt. Diplomada pelo Instituto de Música de Porto Alegre reinicia suas aulas de piano a 1º de março. Endereço (...)” (Jornal O 5 de Abril, 26/02/1943).

Além de anúncios publicitários oferecendo prestação de serviços, também havia muitos anúncios femininos de procura por emprego. O caso abaixo nos chamou atenção devido ao fato da pretendente ao emprego não definir as pretensões salariais, o que pode significar que o mercado de trabalho feminino era restrito e que as mulheres trabalhavam por qualquer salário.

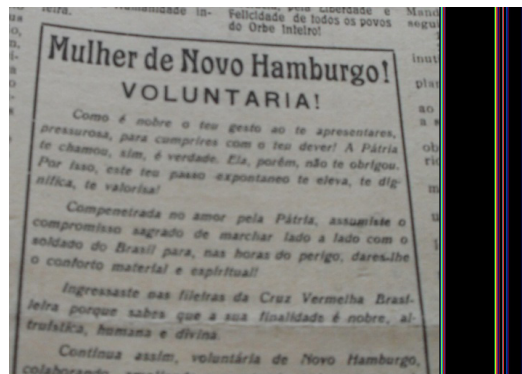
Figura 3 – Prestação de serviço



Fonte: Jornal O 5 de Abril, 09/04/1943

Anúncios oferecendo emprego apareciam solicitando a presença feminina em profissões como costureira, enfermeira e professora, em sua maioria:

Figura 4 – Oferta de emprego

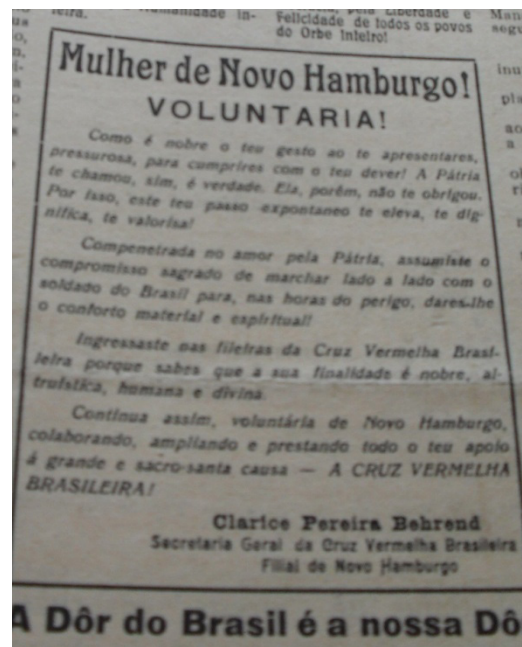


Fonte: Jornal O 5 de Abril, 30/07/1943

Poucas matérias jornalísticas abordavam um perfil feminino em si. Quando a mulher aparecia em fotografias geralmente era em eventos políticos ou sociais, posando ao lado do marido.

Chamou-nos a atenção uma matéria publicada em 18 de setembro de 1942, no qual foi referenciada uma homenagem às mulheres que prestaram serviço à Cruz Vermelha e que enaltecem a figura da mulher como colaboradora ativa na solução dos problemas da pátria.

Figura 5 – Anúncio Cruz Vermelha



Fonte: Jornal O 5 de Abril, 18/09/1942

Mulher de Novo Hamburgo! Voluntária!

Como é nobre o teu gesto ao te apresentares pressurosa para cumprires o teu dever. A Pátria te chamou, sim, é verdade. Ela, porém, não te obrigou. Por isso, este teu passo espontâneo te eleva, te dignifica, te valoriza.

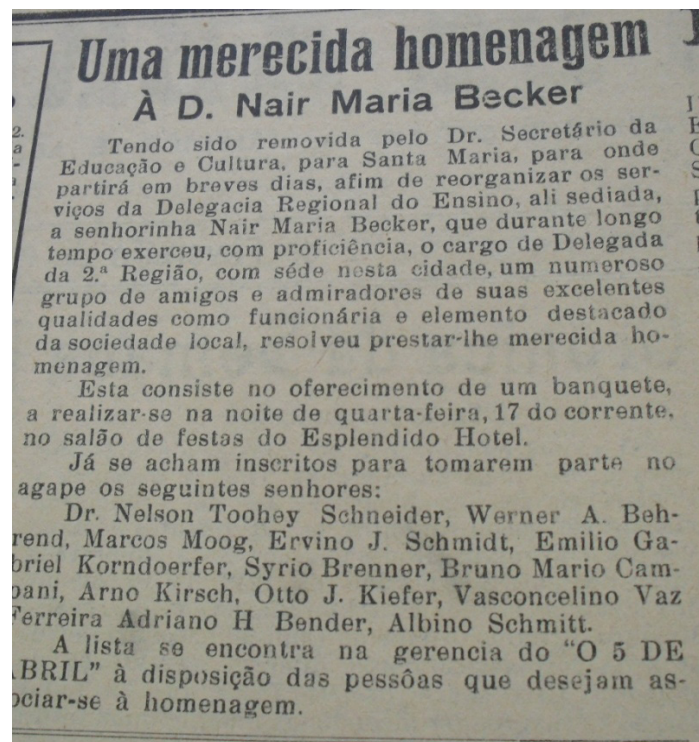
Compenetrada no amor pela Pátria, assumiste o compromisso sagrado de marchar lado a lado com o soldado do Brasil para, nas horas de perigo, dar-lhes, o conforto material e espiritual.

Ingressaste nas fileiras da Cruz Vermelha Brasileira porque sabe que sua finalidade é nobre, humana e divina.

Continua assim, voluntária de Novo Hamburgo, colaborando, ampliando e prestando todo o teu apoio à grande sacro-santo causa – A CRUZ VERMELHA BRASILEIRA.

Outro caso que se fazia comum era quando uma personalidade importante da cidade se mudava para outro local, o jornal sinalizava e agradecia pelos serviços prestados. Um caso no qual a protagonista é uma mulher foi identificado no dia 12 de fevereiro de 1943: Homenagem a Nair Maria Becker, delegada de ensino que estava deixando a cidade.

Figura 6 – Homenagem



Fonte: Jornal O 5 de Abril, 12/02/1943

Uma merecida homenagem

À D. Nair Maria Becker - Tendo sido removida pelo Dr. Secretário da Educação e Cultura, para Santa Maria, para onde partirá em breves dias, afim de reorganizar os serviços da Delegacia Regional do Ensino, ali sediada, a senhorinha Nair Maria Becker, que durante longo tempo exerceu, com proficiência, o cargo de Delegada da 2ª Região, com sede nesta cidade, um numeroso grupo de amigos e admiradores de suas excelentes qualidades como funcionária e elemento destacado da sociedade local, resolveu prestar-lhe merecida homenagem. Esta consiste no oferecimento de um banquete, a realizar-se na noite de quarta-feira, 17 do corrente, no salão de festas do Esplendido Hotel. Já se acham inscritos para tomarem parte no ágape os seguintes senhores: Dr. Nelson Toohey, Werner A. Behrend, Marcos Moog, Ervino J. Schmidh, Emilio Gabriel Korndoerfer, Syrio Brenner, Bruno Mario Campani, Arno Kirch, Otto J. Kiefer, Vasconcelino Vaz Ferreira Adriano H Bender, Albino Schmitt. A lista se encontra na gerencia do "O 5 DE ABRIL" à disposição das pessoas que desejam associar-se à homenagem.'

O jornalista Martin Behrend, bisneto do fundador do jornal analisado neste artigo, através depoimento fornecido para esta pesquisa, informa que a interferência feminina era quase inexistente na publicação e na produção do jornal. Segundo o jornalista, sua bisavó trabalhava no jornal, contudo a mesma ajudava em questões mais administrativas e publicitárias, sem interferir nos editoriais da publicação.

Além disso, Behrend explica que no início do jornal, quando notas sociais eram divulgadas alertando sobre a abertura de novos estabelecimentos, ou sobre eventos comemorativos, o nome relacionado era o do homem da família. A mulher, raramente, ou nunca aparecia nas matérias.

De acordo com o jornalista entrevistado, uma das únicas capas na qual apareceu uma mulher foi no jornal de 15/03/1940 que noticiava o surgimento do Hospital dos Operários, batizado com o nome de uma mulher: Darcy Vargas, em homenagem à esposa do então presidente da república, Getúlio Vargas.

Behrend ainda informa que seria no fim dos anos 1940 que as mulheres hamburguesas começaram a dar traços de uma personalidade própria e forte e a poetisa Cora Torres Maia foi um exemplo disso. A partir do primeiro trimestre de 1948, ainda dando os primeiros passos em sua carreira, a jovem hamburguesa se destacou pelo talento poético e pelas crônicas relacionadas com fatos do cotidiano. Cora fazia parte de um seleto time de colunistas formado unicamente por homens, e foi um importante marco para a história das mulheres locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações obtidas ao longo da produção desta investigação podemos tirar uma série de conclusões, tanto a partir dos autores pesquisados como a partir das reportagens analisadas.

Até 1932 a mulher não era considerada cidadã, sendo a ela negados os direitos políticos de votar e ser votada. Após conquistar esses direitos, a mulher foi, aos poucos, se inserindo em profissões como o de professora de ensino primário, costureira e de modelista de roupas. Entretanto, mesmo as mulheres assumindo outros papéis fora de casa, o trabalho doméstico, a administração do lar, a educação dos filhos, continuavam sendo, na maioria das vezes, de responsabilidade delas.

Na seção do jornal intitulada “Homenagens”, que fazia parte da coluna Noticiário, as mulheres apareciam devido à prestação de serviços à comunidade e filantropia, já nas colunas sociais, local de amenidades, ela era a figura preponderante, enquanto que nos eventos empresariais e de âmbito mais abrangente, ela era uma figura decorativa, posicionada ao lado do marido, cumprindo o papel de mãe de família e esposa.

Percebemos que a área artística era a que apresentava uma nova faceta de mulher, como figura independente, sem ligação com a família, e que tirava de seu talento e trabalho um sustento, que era, ainda, motivo para orgulho e destaque no jornal.

Podemos afirmar que a mulher aparecia, na maioria das vezes, como uma figura secundária ao lado do marido, que era a figura mais importante do casal. Em relação à publicidade, a mulher buscava conquistar um espaço no mercado do trabalho, oferecendo seus serviços para a sociedade local, que na época mostrava grande potencial de crescimento. Neste quesito, a imagem feminina se mostrava empreendedora e investindo em publicidade para alavancar seus negócios.

No entanto, também é digno de nota que existem diversas reportagens que abordam o fato da mulher estar se “modernizando” ao passar a ter alguns hábitos que antes eram ligados apenas ao homem da época. Normalmente essas reportagens tratavam deste assunto com um tom de reprovação.

Contudo percebemos que se a mulher de 1940 ainda tinha um papel de coadjuvante talvez ela não estivesse mais tão conformada com esta situação.

REFERÊNCIAS

- BEHREND, M. H. **O 5 de Abril**: o primeiro jornal de Novo Hamburgo. Novo Hamburgo, 2002.
- _____. (2013), Depoimento dado a Graziela Dobler em 01/03/2013.
- BRUSCHINI, C. **Mulher, casa e família**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Vértice, 1990.
- CAPELATO, M. H. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo, Contexto/EDUSP, 1988.
- CHALHOUB, S. **Trabalho, Lar e Botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- CHARTIER, R. **O mundo como representação**. Estudos Avançados, n.11, v.5, p.173-191, jan./abr, 1991
- ESPIG, M. J. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v.XXIV, n.2, p.269-289, 1988.
- MALUF, M. & MOTT, M. L. Recônditos do mundo feminino. In: Fernando Novais & Nicolau Sevcenko. **História da Vida Privada no Brasil**. Vol.3. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- RAGO, M. **Do cabaré ao lar – A utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- SCHEMES, C; ARAUJO, D. C. de; MAGALHÃES, M. L. Enfoques de uma crise: o jornal como fonte de pesquisa histórica. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v.11, n.99, p.167-185, jul/dez, 2010.

- SCHEMES, C. **Pedro Adams Filho**: empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo. (1901 - 1935). Porto Alegre. 2006. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, 2006.
- SCHWARTZMAN, S. et al. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 1984.
- SELBACH, J. **Pegadas Urbanas – Novo Hamburgo como palco do flâneur**. Cachoeira do Sul: Ed. do Autor, 2006.
- TELLES, M. A. **A Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.